

Câmara Municipal do Seixal

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006

INTRODUÇÃO

A aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Seixal para 2006 tem lugar no início de um novo mandato autárquico, constituindo portanto o primeiro instrumento de gestão do ciclo de quatro anos.

Reafirmamos por isso, o compromisso de, em diálogo, participação, parceria e cooperação, com todos os que estejam seriamente empenhados no serviço público à comunidade e na defesa dos interesses e necessidades da população, aprofundar em evolução criativa o projecto autárquico que esteve na base da transformação incomensuravelmente positiva – progresso social económico e qualidade de vida do concelho do Seixal.

O nosso País continua a viver uma grave situação económica sem que se vislumbre sinais de efectiva recuperação, quando assistimos ao agravamento dos problemas sociais com o crescimento da pobreza, dos excluídos e da taxa de desemprego – Portugal tem hoje 20% da sua população no limiar da pobreza e, nos últimos seis meses, foi de trezentos e trinta a média diária de novos desempregados.

Os trabalhadores da Administração Pública, Central e Local continuam a ser injustamente maltratados, com baixos salários e sem a resolução de questões fundamentais do seu estatuto sócio-profissional.

O pacote de medidas do Governo retira a estes trabalhadores direitos arduamente conquistados, ao mesmo tempo que determinou a congelação da progressão nas carreiras.

O que está hoje em causa são as condições basilares para o exercício da autonomia do Poder Local, tal como consigna a Constituição da República, quando é indispensável relembrar que os municípios portugueses têm desempenhado uma

acção preponderante na vida do País ao assegurarem, no seu conjunto, mais de 50% do investimento público, com base em apenas 10% das receitas de Estado.

O Orçamento de Estado recentemente aprovado pela Assembleia da República evidencia opções inaceitáveis para o Poder Local, que significarão uma drástica redução de meios financeiros com graves limitações na capacidade de resposta dos municípios às necessidades das suas populações.

O Encontro Nacional de Autarcas realizado no passado dia 16 de Novembro em Santarém – o mais participado de sempre – aprovou por unanimidade uma declaração que fundamenta a oposição dos autarcas portugueses a esta política de asfixia das autarquias locais.

Neste quadro destaca-se como facto mais relevante o incumprimento da Lei das Finanças Locais, no que se refere ao cálculo dos Fundos Municipais a transferir através do Orçamento de Estado.

Esta decisão unilateral representa, em conjunto com o aumento de 3% dos descontos obrigatórios dos municípios para a Caixa Geral de Aposentações, uma significativa redução dos fundos municipais em 110 milhões de euros.

Como sublinha a declaração do Encontro Nacional de Autarcas é intolerável que, ao mesmo tempo, o Governo tenha inscrito no Orçamento de Estado uma dotação de 200 milhões de euros para celebração de contratos-programa, sem que se conheçam os critérios que irão presidir à sua distribuição.

Não se trata, portanto, de um problema financeiro do Estado, mas sim de uma opção política a gerir discricionariamente.

Vai ainda mais longe o Poder Central no garrote às autarquias ao impedir o acesso ao crédito para investimento, quando os municípios passaram, a partir de 2004, a contribuir positivamente para a redução do défice das contas públicas, ao mesmo tempo que o Governo decide, uma vez mais unilateralmente, que o seu endividamento para 2006 pode chegar a 11 mil milhões de euros.

O Orçamento de Estado para 2006, em mais uma clara ingerência na autonomia do Poder Local, restringe a admissão de recursos humanos, impedindo mesmo as requisições e destacamentos. Neste quadro pergunta-se: como pensa o Governo resolver as necessidades incontornáveis de recrutamento de pessoal para garantir o funcionamento de novos equipamentos públicos de investimento Municipal?

O Governo mantém, incompreensivelmente, a inconcebível protecção a operadores de serviço público nas áreas das comunicações fixas e móveis, de energia e de abastecimento de gás natural, que beneficiam de isenção de taxas de ocupação do espaço Municipal quando, como é do conhecimento público, têm obtido destas actividades elevados e crescentes lucros.

Importa uma vez mais sublinhar que a Câmara Municipal do Seixal não irá aplicar, no que se refere ao direito de passagem consignado na Lei das comunicações, a taxa prevista que pode atingir a percentagem de 0.25 a incidir no valor facturado aos utentes.

É ainda neste contexto que a designada política de descentralização do Poder Central para o Poder Local tem sido levada à prática com a transferência de competências sem os meios e recursos adequados, como sucedeu nos últimos anos com o vasto leque de matérias que estavam na alçada de organismos do Poder central e dos Governos Civis e mais recentemente em relação ao ensino do Inglês e ao subsidio de refeição para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A realidade é que estamos perante uma política autocrática, sem diálogo e concertação com as autarquias quando, designadamente na construção de equipamentos públicos da responsabilidade do Governo, este impõe aos municípios a cedência de terrenos a título gratuito mas, em paralelo, não prescinde da venda às Câmaras do seu património fundiário.

A realidade é que estamos a falar do mesmo Poder Central que cobra aos municípios uma percentagem pela arrecadação das receitas dos impostos que no quadro da Lei das Finanças Locais integram os orçamentos das autarquias, valor que, no que respeita ao concelho do Seixal, irá estar situado em 2006 em cerca de um milhão de euros.

No próximo ano, o nosso Concelho vai continuar a ser discriminado negativamente pelo Governo quando o Orçamento de Estado, através do PIDDAC (Plano de Investimentos Desconcentrados da Administração Central), não integra investimentos essenciais para a qualidade de vida da nossa população.

É um quadro intolerável que a todos deve mobilizar. Não aceitamos que não sejam transferidos para os Municípios os adequados recursos financeiros, na mesma proporção da contribuição dos nossos cidadãos e dos agentes económicos para o rendimento nacional, como também exigimos uma repartição criteriosa dos investimentos do Estado no âmbito da Região e da Área Metropolitana de Lisboa.

O PIDDAC para 2006 para o Concelho do Seixal, não só não reflecte as necessidades do Município, como regista uma redução de 43% de investimento.

Trata-se de uma situação preocupante que não garante a concretização de projectos que têm vindo a ser inexplicavelmente protelados ao longo dos anos, como são exemplo a substituição da Escola Básica 2, Nun' Álvares, a construção das instalações do novo Centro de Saúde de Corroios e a dotação financeira que assegure a construção de Pavilhões Escolares no âmbito do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal do Seixal e o Ministério da Educação.

É ainda inaceitável que o PIDDAC para 2006 não integre novos investimentos, tendo o Governo sido insensível às propostas do Município que correspondem a efectivas necessidades da população, em áreas da responsabilidade do Poder Central.

Destacam-se neste sentido os seguintes equipamentos e obras:

- Lar de Idosos do Seixal
- Substituição da Escola Secundária Moinho de Maré
- Divisão da PSP do Seixal, Posto de GNR nos Foros de Amora e Esquadra da PSP em Corroios
- CRIPS (Circular Interior da Península de Setúbal); Nó de Acesso à A2 em Foros de Amora; Prolongamento da Estrada Regional 10 com a ligação entre o Seixal e o Barreiro

É indispensável, neste contexto, afirmar que em 2006 contamos – Poder Local, Universidade Aberta e população – que o Poder Central concretize no terreno das realidades concretas, o compromisso assumido em 2004 pela então Ministra da Ciência e Ensino Superior em visita à Mundet, da construção das novas instalações desta instituição de Ensino Superior Público, culminando um processo que se arrasta desde 1997 e tem mobilizado a Comunidade Municipal.

Importa destacar que está a decorrer o concurso público, aberto em Setembro, para a elaboração do Projecto de Execução.

À extensa e não exaustiva lista de incumprimentos do Governo para com o nosso Concelho, acrescem as candidaturas apresentadas ao 3º QCA (Quadro Comunitário de Apoio, de 2000/2006) e até agora sem resposta, com destaque para:

- Plano de Valorização da Baía do Seixal – Programa Pólis;
- Parque do Serrado – Programa Pólis, (está concluída a obra respeitante à 1ª fase/com investimento Municipal);
- Circuito do Património Industrial e Fundação Manuel Cargaleiro – candidaturas ao POC (Programa Operacional da Cultura).

No entanto, no sentido positivo e lamentando a impossibilidade já demonstrada de não poder ser mais exaustivo, refiro a homologação em 2004 do Projecto Seixal Digital que, ao integrar o Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI), foi desenvolvido no corrente ano e irá permitir a acessibilidade através da Internet a um vasto conjunto de serviços municipais. Também no âmbito deste projecto e em sequência da abertura do Espaço Internet em Santa Marta do Pinhal, Corroios, a Câmara Municipal tem em curso um programa de acesso gratuito à Internet, em banda larga, integrando 60 pontos de acesso o que constitui um índice três vezes superior ao objectivo do POSI para o nosso País.

Sublinho ainda o desenvolvimento positivo da rede de ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) através da SIMARSUL. Em 2008, o nosso concelho estará dotado com um índice de tratamento de 100%, com um investimento público de 40 milhões de euros.

Neste quadro que sumariamente descrevi, o Orçamento da Câmara Municipal para 2006, com uma dotação de cerca de 97 milhões de euros, será assim e uma vez mais, no essencial, concretizado com a capacidade de realização financeira do Município.

Em primeiro lugar porque o seu financiamento através do Orçamento de Estado é inferior a 15%; em segundo lugar porque, como já foi evidenciado, as dotações obtidas no âmbito de contratos-programa e do 3º QCA, são pouco significativas.

É, objectivamente, o orçamento possível, sem dúvida aquém das necessidades de investimento municipal num Concelho que conta hoje com cerca de 160 mil habitantes e tem continuado a registar um elevado crescimento demográfico.

Trata-se de uma situação que não permite a inclusão de obras fundamentais na resposta à elevação da qualidade de vida da população em áreas como a rede viária, a iluminação pública, os parques e jardins e os equipamentos colectivos e impede o crescimento desejável nas dotações financeiras em diversos programas e iniciativas, bem como na cooperação com o movimento associativo e as instituições sociais, educativas e culturais.

É no entanto indispensável sublinhar, pelo seu significado social, a manutenção do apoio financeiro, à Associação de Bombeiros Voluntários do Concelho do Seixal, à Associação de Bombeiros Voluntários de Amora, à Cruz Vermelha – Núcleo do Seixal e à Santa Casa da Misericórdia do Seixal.

Em 2006, a Câmara Municipal do Seixal irá manter o apoio às Juntas de Freguesia no âmbito do plano de descentralizações e do designado orçamento próprio e aprofundará a profícua cooperação e parceria com estes órgãos autárquicos, uma relação tradicional com resultados inquestionavelmente positivos na qualidade de serviços públicos prestados às populações. Constitui um modelo de efectiva descentralização de meios e recursos, de gestão de equipamentos municipais e de dotação orçamental que duplica o Fundo de Financiamento proveniente da Administração Central.

O objectivo orçamental a atingir em 2006, tanto no ao nível das receitas como das despesas, significa, para além do já referido, a necessidade de prosseguir o esforço conjunto do executivo e trabalhadores municipais e das instituições e agentes económicos, sendo que os resultados alcançados são estimulantes e evidenciam o empenhamento e a capacidade colectiva para superar as dificuldades com que estamos confrontados.

A alienação de Património Municipal, constituindo uma fonte de financiamento do orçamento, tem, ao mesmo tempo, o importante propósito de intervir na gestão qualificada do espaço urbano, merecendo neste contexto relevância o Plano de Pormenor do Fogueteiro para a área onde se localizavam os serviços operacionais da Câmara Municipal.

No quadro das despesas, o orçamento municipal continuará a ter por base o absoluto rigor na gestão corrente e dos equipamentos municipais e nos investimentos em programas, iniciativas e obras, sendo certo que se trata de um caminho que responsabiliza não apenas as autarquias mas também as instituições e a todos os que utilizam recursos públicos.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006 afirmam a prioridade da qualidade da prestação dos serviços públicos à população em áreas como a beneficiação da rede viária e da rede de saneamento, o abastecimento público de água, a higiene e limpeza, a manutenção de espaços de lazer e parques infantis, a qualificação das instalações do 1º ciclo do Ensino Básico e da rede de jardins-de-infância.

No próximo ano, terá início ou conclusão um conjunto de obras municipais de relevante importância para a vida das populações, com destaque para as seguintes:

- 1 - Pavilhão Escolar da Escola António Augusto Louro – Abertura de novo concurso público (em sequência da interrupção da obra por abandono do empreiteiro).
- 2 - Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal de Frades – ampliação.
- 3 - Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, Nº 2 do Seixal – ampliação.
- 4 - Moinho de Maré de Corroios – recuperação do interior e arranjos exteriores.
- 5 - Parque Ribeirinho de Amora – Abertura no 1º trimestre.
- 6 – Zona Ribeirinha Arrentela/Seixal – 2ª fase
- 7 - Parque Urbano de Vale de Milhaços – abertura no 1º semestre.
- 8 - Alargamento da ponte da Fraternidade.
- 9 - Infra-estruturas de Fernão Ferro (Morgados) – 4ª fase
- 10 - Parque de Recolha de Viaturas – abertura (dependente da assinatura de protocolo pelo Governo)
- 11 - Mercado Municipal de Miratejo – 1º trimestre.
- 12 – Reabertura da loja do Município do Continente – 1º trimestre

O papel dinamizador da actividade municipal por parte da Câmara Municipal do Seixal vai muito para além do âmbito das acções e do financiamento das GOP's e do Orçamento.

Em 2006 daremos continuidade e aprofundaremos a política municipal de estreita cooperação com os agentes sociais, culturais e económicos, com a comunidade educativa, o movimento associativo, as comunidades religiosas e as minorias étnicas, no objectivo do progresso sustentado e da qualidade de vida dos cidadãos, partilhando problemas e dificuldades, encontrando caminhos comuns na defesa dos interesses municipais e na resposta aos anseios e necessidades das populações.

Prosseguiremos o objectivo da defesa e exigência da concretização de investimentos estruturantes para o Município da competência da Administração Central bem como o incentivo a outros de carácter privado e interesse municipal, com destaque para a Marina Yachtur em Amora, o Centro de Estágios do Sport Lisboa e Benfica, com inauguração prevista para Fevereiro e o equipamento comercial e de lazer aprovado para a Quinta da Princesa.

Cabe também aqui referir o nosso empenhamento na entrada em funcionamento da 1ª fase do MST (Metropolitano Sul do Tejo), salientando o investimento municipal de cerca de 4 milhões de euros no projecto de qualificação do espaço urbano.

No quadro das iniciativas das Grandes Opções do Plano é indispensável destacar o PDM – Plano Director Municipal, que se encontra em fase de revisão, como um espaço privilegiado de participação da Comunidade Municipal na reflexão e na definição das opções estratégicas do município nas vertentes da coesão social, educativa e cultural, de qualificação urbana e ambiental e de desenvolvimento económico sustentado.

O objectivo para 2006 é a apresentação e discussão pública da proposta e regulamento do novo PDM.

Reafirmamos um modelo de afirmação e consolidação da polaridade regional e metropolitana do Concelho, assente numa diferença distintiva e substantiva em relação aos municípios do arco ribeirinho do Tejo.

Por um lado, o nosso espaço ribeirinho assume hoje e assumirá no futuro uma vertente estratégica fundamental do desenvolvimento turístico e cultural, partindo dos investimentos públicos e privados em curso ou previstos no âmbito do Plano da Baía do Seixal, nomeadamente no que se refere à revitalização dos núcleos antigos e do património edificado, à construção de Portos de Recreio e equipamentos hoteleiros e à valorização de áreas de lazer e naturais, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Turístico aprovado em Junho deste ano.

Por outro lado, a requalificação da área da ex- Siderurgia Nacional que, em conjunto com o Parque Industrial do Seixal e integrando as indústrias siderúrgicas existentes, permitirá desenvolver um projecto de dimensão regional e nacional. Trata-se da constituição de um Parque de Actividades Económicas que, pela excelência da sua localização, reunirá condições de atracidade de novas actividades e investimentos, fixação de empresas e criação de emprego.

Trata-se de um plano cujos estudos estão em fase de conclusão no âmbito do Protocolo celebrado entre a Câmara e a SN-Serviços (Empresa do Estado) e que integra também um objectivo de primordial importância: a resolução do passivo ambiental histórico criando uma vasta frente ribeirinha de lazer, devolvendo, portanto, este espaço às populações.

A experiência positiva e estimulante desenvolvida no mandato anterior no âmbito do Fórum Seixal, constituiu uma opção positiva de democracia participativa a que iremos por isso dar continuidade em 2006 alargando o âmbito das iniciativas e modelos de participação da população.

A aprovação das GOP's e o Orçamento para 2006 têm lugar num contexto em que estamos a encontrar respostas para os problemas e a superar dificuldades, mobilizando o colectivo da Câmara, reforçando o trabalho conjunto das Autarquias - Câmara Municipal e Juntas de Freguesia - e desenvolvendo criativamente acções de cooperação com os agentes de desenvolvimento do Município.

Um caminho árduo e corajoso que permite mesmo num quadro difícil a realização de obras fundamentais para a qualidade de vida da nossa população e ao mesmo tempo

concretizar programas e iniciativas em áreas que sempre constituíram prioridade da Política Municipal, como a educação, a acção social a cultura e o desporto.

O esforço no sentido de melhor resposta no serviço público prestado à população, teve como exemplo concreto a entrada em funcionamento no início de 2005 do novo Parque Oficial da Câmara.

Este equipamento, ao melhor nível do País, concentra todas as nossas áreas operacionais e constitui uma opção de largo alcance estratégico.

No próximo ano, iremos, no quadro do já contratualizado, lançar o processo para a construção do novo edifício municipal a construir na Quinta dos Franceses e que irá integrar os serviços técnicos e administrativos instalados na sede do concelho.

O equilíbrio da gestão financeira que tem vindo a ser conseguido é relevante além de mais no quadro da situação nacional, sendo de sublinhar que o índice de endividamento de longo prazo da Câmara Municipal do Seixal é dos mais baixos do país.

Finalmente duas palavras: a primeira dirigida aos trabalhadores da Câmara Municipal, de incentivo e estímulo reafirmando que a valorização social e profissional dos trabalhadores da Administração Local é indissociável da defesa do Poder Local Democrático.

A segunda é dirigida à população do nosso concelho, sublinhando que tudo faremos para cumprir o programa de mandato autárquico, reafirmando que estamos no Poder Local como sempre em serviço público à comunidade e em dedicação permanente à promoção do progresso qualificado e com rosto humano da nossa terra.

O Presidente da Câmara

Alfredo Monteiro